

Ex-presidente deverá comparecer pela quarta vez à PF, agora para prestar esclarecimentos sobre investigação de tentativa de golpe de Estado envolvendo o senador Marcos do Val

Moraes determina novo depoimento de Bolsonaro

Brasília — O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) terá de prestar novo depoimento à Polícia Federal (PF). A determinação foi dada ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre Moraes. O ex- chefe do Executivo deve comparecer à oitiva para prestar esclarecimentos sobre os desdobramentos das investigações de um possível plano golpista que teria sido tratado em reunião com o senador Marcos do Val (Podemos ES) e o ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). Será o quarto depoimento de Bolsonaro à Polícia Federal, onde ele já esteve em 5 e 26 de abril e 16 de maio, para falar das jotas recebidas, dos atos golpistas e falsificação de cartão de vacinação, respectivamente.

Em fevereiro, Marcos do Val acusou Jair Bolsonaro e Daniel Silveira de o chamarem para uma reunião, depois do resultado das eleições presidenciais de 2022, para a realização de um plano antidemocrático. Após a revelação, Do Val alterou a versão diversas vezes, inclusive alterando a participação do candidato derrotado nas eleições. Na última quinta-feira, o parlamentar capixaba foi alvo de operação da Polícia Federal que o investiga por associação criminosa, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, divulgação de documento confidencial da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e organização criminosa.

Durante as buscas, os policiais encontraram trocas de mensagens entre o senador e Daniel Silveira tratando de organizar medidas para tentar subverter as investigações dos atos golpistas. Eles também fizeram ataques ao STF e à PF. O deputado bolsonarista Daniel Silveira, que está preso desde fevereiro, por, entre outras coisas, defen-



O então presidente Jair Bolsonaro acompanhado por seu ajudante de ordens, Mauro Cid (D), durante evento em maio de 2022

der o Ato Institucional nº 5 também deve ser ouvida.

■ ESTADO DE SÍTI

Ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid tinha em seu celular uma minuta que anunciaria a declaração de estado de sítio no Brasil. O documento, com três páginas tratando sobre a situação política do Brasil, tinha, além da declaração de estado de sítio, a da Garantia da Lei e da Ordem (GLCO). O documento ainda estava em construção; em alguns locais havia apontamento para tratar de forma sucinta sobre decisões vistas como inconstitucionais pelo STF.

"Finalmente de tudo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado democrático de direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, declaramo o estado de sítio; e, como ato contínuo, decreto Ope-

ração de Garantia da Lei e da Ordem", aparece no último parágrafo do texto encontrado com Mauro Cid. A defesa de Cid afirmou que todas as manifestações seriam realizadas nos autos do processo.

O estado de sítio é um instrumento que pode ser utilizado pelo presidente para suspender temporariamente os direitos e as garantias dos cidadãos. O Legislativo e o Judiciário ficariam submetidos ao Executivo. Para que o estado de sítio seja decretado o presidente pode ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional e solicitar ao Conselho de Defesa Nacional. A autorização deve ser feita com aval do Congresso Nacional. Conforme o art. 137, os casos em que o instrumento podem ser utilizados em caso de "cominação grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa" e "declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira".

Gabriela Cid, esposa de Mauro Cid, sugeriu que Jair Bolsonaro orientou conversa para que caminhoneiros invadissem Brasília em protesto ao resultado das eleições vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, levantou o sigilo do relatório da Polícia Federal com análise do conteúdo encontrado nos celulares de Cid e de Gabriela.

O militar está preso desde o início do mês passado por determinação de Moraes, no âmbito de inquérito sobre a atuação de milícias digitais. No dia 2 de novembro de 2022, três dias após o pleito, Gabriela trocou mensagens com Ticiani Villas Bôas, filha do ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas. As duas conversaram sobre os protestos promovidos por apoiadores de Bolsonaro em diferentes pontos do país.

A filha de Villas Bôas comentou que o Exército brasileiro tinha que mandar alguém falar com os cabeças dos caminhoneiros e dizer quais (sic) tem que ser a reivindicação deles.

"Estão falando em intervenção federal", respondeu Gabriela. "Mas tem que ser impeachment, novas eleições com voto impresso".

Ticiani disse que isso não ocorreria, que até "segunda ordem a coisa [o processo eleitoral] foi democrática" e que as consequências do uso do artigo 142 da Constituição, que define o papel das Forças Armadas, seriam muito ruins. É prosseguiu dizendo que os caminhoneiros tinham que parar, sem obstruir [estradas], insistindo que alguém teria que falar com eles, orientá-los. Simi foi o que pediu o presidente. E acho que todos que podem tem que vir para [Bé] [sigla em referência a Brasília], disse Gabriela. "Inovar Brasília como no 7 de setembro" e dessa vez o presidente com toda essa força agrá."

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3